LEI Nº 775, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui o Programa de Demissão Voluntária
de Servidores Públicos Municipais.

ANTONIO GUILHERME NUNES, Prefeito do Município de União de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito Administrativo Municipal de União de Minas, o Programa de Demissão Voluntária de Servidores (PDV).

§ 1º - Poderão aderir ao PDV, os servidores civis da administração pública direta, ocupantes de empregos efetivos regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e integrantes do quadro de pessoal da Prefeitura e Câmara Municipal de União de Minas.

§ 2º – Ficam excluídos do Programa de Demissão Voluntária os servidores públicos que:

I – estejam em estágio probatório;

II – tenham requerido aposentadoria;

III – tenham sido condenados por decisão judicial transitada em julgado e que importe na perda do emprego ou cargo público ao qual ocupam.

§ 3º - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais reservam-se o direito de não aceitar os pedidos de adesão ao PDV, em virtude de estrito interesse público, a seu critério.

Art.2º - Poderá requerer inscrição ao referido programa o servidor que preencher os seguintes requisitos:

I – Ser efetivo há mais de 5 (cinco) anos no serviço público municipal;

II – Obter parecer favorável do superior hierárquico do órgão onde estiver lotado, quanto à conveniência do desligamento.

§ 1º - O requerimento citado no “*caput*” deste artigo será formulado por escrito, onde o servidor declara sua opção, em caráter irrevogável, de se desligar do serviço público municipal.

§ 2º - O pedido de demissão, nos termos desta Lei, só será acordado se a saída do servidor não representar grave comprometimento ao serviço público, podendo ser negado pelo Chefe do Executivo ou Legislativo Municipal.

Art. 3º - A título de incentivo ao pedido de desligamento voluntario será paga uma indenização correspondente à 50% (cinquenta por cento) do valor de sua remuneração mensal, para cada ano de efetivo exercício na Administração Pública Municipal, acrescida dos direitos trabalhistas decorrentes da demissão e da liberação do saldo do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço depositado em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, a título de rescisão indireta, isentadas a Prefeitura e Câmara do Município de União de Minas da multa rescisória no percentual de 40% (quarenta) por cento sobre o valor depositado.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo será computado o tempo de serviço público ininterrupto prestado ao Município de União de Minas/MG.

§ 2º Entende – se por efetivo exercício no cargo ou emprego público, o tempo em que o servidor realmente trabalhou, excluindo – se licenças médicas, afastamentos previdenciários e licença sem remuneração, conforme o caso.

§3º Na contagem do tempo de efetivo, será considerado ano integral a fração igual ou superior a 07 (sete) meses.

§4º - A remuneração a que se refere ao “*caput*” deste artigo será a do último mês, anterior à data do requerimento do PDV, correspondente a do emprego permanente para o qual o servidor tiver sido admitido originariamente.

§ 5º - Integram a remuneração para efeito do cálculo da indenização prevista nesta lei:

- a) o vencimento básico do servidor no cargo que estiver exercendo na data do protocolo do requerimento de adesão ao PDV, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, que se incorporam definitivamente à remuneração do servidor, tais como os adicionais por tempo de serviço, conforme estabelecido em lei;
- b) o adicional de função pelo exercício de cargo de provimento em comissão, assim estabelecido em lei, desde que o servidor efetivo esteja exercendo o cargo comissionado na data do protocolo do requerimento de adesão ao PDV;
- c) a gratificação pela prestação de serviços em condições de insalubridade;
- d) quaisquer outras vantagens pecuniárias ou direitos incorporados à remuneração do servidor por decisão judicial transitada em julgado.

§ 6º - São excluídos da remuneração para efeito do cálculo da indenização, as seguintes vantagens pecuniárias temporárias, que visam recompensar riscos ou ônus decorrentes de trabalhos normais executados em condições anormais de perigo ou de encargos para o servidor:

- a) a gratificação pela prestação de serviços em jornada extraordinária;
- b) a gratificação pelo trabalho noturno;
- c) a gratificação pela prestação de serviços em condições de periculosidade ou referente a atividades penosas;

§ 7º - Também não integram a remuneração do servidor para efeito do cálculo da indenização:

- a) a gratificação natalina;
- b) a gratificação de férias;
- c) o salário-família;
- d) o auxílio alimentação;
- e) o auxílio transporte;
- f) as diárias;
- g) o custeio de moradia;

- h) a licença gestante e a licença paternidade;
- i) quaisquer outras vantagens pecuniárias ou direitos incorporados à remuneração do servidor por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

§ 8º - Direitos referentes a licenças-prêmio e férias não gozadas também são excluídos da base de cálculo para efeito da indenização prevista nesta Lei.

Art. 4º - O PDV entra em vigor a partir de 1º/01/2015, prevalecendo seus efeitos pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos, podendo ser prorrogado por Decreto do Executivo ou ato normativo da Câmara.

Parágrafo único – Pedidos de adesão ao PDV protocolados fora do prazo instituído pela presente Lei não serão apreciados.

Art. 5º - O processo de adesão ao PDV inicia – se imediatamente após a publicação da presente Lei, devendo o interessado protocolar seu requerimento junto ao Recursos Humanos da Prefeitura ou Câmara, que encaminhará a solicitação apensada ao prontuário do requerente ao Chefe do Executivo, ou Legislativo para manifestação.

Parágrafo único – Os pedidos de adesão ao PDV serão apreciados num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de seu protocolo.

Art. 6º - A apresentação de requerimento de adesão ao Programa de Desligamento Voluntário do Município de União de Minas, não cria qualquer direito subjetivo ao servidor enquanto não for expressamente aprovado pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara.

Art. 7º – O deferimento do pedido ficará, ainda, na dependência da disponibilidade de recursos do Município, podendo o pagamento da indenização ser parcelado, com plena aquiescência do servidor, o que constará no respectivo termo de demissão voluntária.

Art. 8º – O servidor que aderir ao PDV deverá permanecer em efetivo exercício até a data da publicação de sua exoneração.

Art. 9º - Será considerado vago o emprego decorrente da demissão voluntária do servidor.

Art. 10 - A recontração do servidor que aderir ao Programa de Demissão Voluntária fica vedada por 4 (quatro) anos, salvo quando da aprovação em Concurso Público.

Art. 11 - Os servidores que estejam promovendo ações judiciais contra o Município visando o recebimento de vantagens pecuniárias, só poderão aderir ao Programa de Desligamento Voluntário do Município de União de Minas se desistirem das referidas ações, mediante renúncia expressa aos direitos pleiteados.

Art. 12 - Fica assegurado aos servidores do Poder Legislativo as mesmas condições estatuídas na presente Lei, com as adequações que se fizerem necessárias quanto ao trâmite do requerimento relativo à demissão voluntária.

Art. 13 - As despesas oriundas da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento, suplementadas oportunamente se necessário.

Art.14 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando as disposições em contrário e podendo se necessário, ser regulamentada por Decreto.

União de Minas/MG, 20 de novembro de 2014.

Antonio Guilherme Nunes

Prefeito